

ECONOMIA/NEGÓCIOS

da União reduz gastos com

JORNAL DO BRASIL

Orçamento

pessoal em 84

terça-feira, 30/8/83 □ 1º caderno □ 15

Brasília — A política de austeridade imposta pelo Fundo Monetário Internacional ao Brasil já começou a dar resultados: no Orçamento da União para 1984, cujo projeto-de-lei foi encaminhado ontem em mensagem ao Congresso Nacional pelo Presidente Figueiredo, a participação dos gastos com pessoal cai de 23% em 83 para 20%, enquanto as transferências ao Orçamento Monetário para cobertura dos encargos da dívida pública, política de preços mínimos e subsídios ao consumo especialmente trigo reduziram-se de Cr\$ 2,4 trilhões este ano para Cr\$ 1 trilhão 883,9 bilhões.

Na mensagem que acompanha o projeto-de-lei, o Presidente Figueiredo assinala que "perspectivas favoráveis se delineiam para 1984, quando os sinais de recuperação no cenário econômico mundial trarão reflexos altamente benéficos para o nosso país".

O orçamento apresenta equilíbrio entre receita e despesa, ambas fixadas em Cr\$ 23 trilhões 672 bilhões (um crescimento nominal de 135,6% em relação ao orçamento original para 83 — o excesso de arrecadação causado pela inflação provocou sua revisão — que era de Cr\$ 10 trilhões 47 bilhões). Os gastos com pessoal consumirão este ano Cr\$ 4 trilhões 824,7 bilhões.

Conjuntura mundial

Na mensagem, o Presidente Figueiredo alerta: "Nosso país está sofrendo os reflexos de uma conjuntura mundial acentuadamente desfavorável, sobretudo no que se refere aos elevados níveis das taxas de juros, a retração do intercâmbio comercial entre as diversas nações do mundo e a estagnação dos fluxos de recursos dos mercados financeiros internacionais para países que, como o nosso, necessitam de significativos aportes de capital para financiar seus investimentos prioritários".

Sendo assim, continua o Presidente Figueiredo, "a disciplina do dispêndio público, o rigoroso controle dos gastos das empresas estatais e a racionalização das aplicações alocadas ao Orçamento Monetário são pontos fundamentais do programa de reajuste da economia, e fator indispensável na estratégia de seu reordenamento".

Distribuição dos recursos

De acordo com as prioridades estabelecidas pelo Governo, conforme a mensagem presidencial, as "funções sociais foram contempladas com recursos equivalentes a Cr\$ 5 trilhões 45 bilhões; a agricultura com Cr\$ 1 trilhão 164 bilhões; e desenvolvimento regional com Cr\$ 3 trilhões 180 bilhões, com crescimento de 157,1%. Nas áreas sociais, o Ministério da Educação e Cultura terá em 1984 recursos de Cr\$ 1 trilhão 897 bilhões (crescimento nominal de 130,3% em relação a 1983); saúde e saneamento recebeu Cr\$ 456 bilhões 236 milhões, contra Cr\$ 170 bilhões 867 milhões em 1983, com crescimento de 167,1%.

Arrecadação e transferências

Na mensagem está dito que a principal fonte de financiamento das despesas é o Imposto de Renda (IR), que deverá corresponder a aproximadamente um terço do total a ser arrecadado (Cr\$ 6 trilhões 720 bilhões, contra Cr\$ 2 trilhões 282 bilhões). Em segundo lugar vem o IPI (Cr\$ 3 trilhões 940 bilhões, contra uma arrecadação prevista em 1983 de Cr\$ 1 trilhão 950 bilhões). A terceira principal fonte de renda é o Finsocial que, de uma arrecadação inicial prevista em Cr\$ 250 bilhões em 1983, deverá ter Cr\$ 1 trilhão 100 bilhões em 1984.

— As despesas de pessoal deverão crescer 106,67% em 1984, pois a verba destinada ao setor foi de Cr\$ 4 trilhões 824 bilhões 700 milhões, contra Cr\$ 2 trilhões 334 bilhões 400 milhões para 1983.

Os acréscimos decorrentes de reajustes a serem autorizados pelo Governo utilizarão como fonte compensatória a reserva de contingência (fixada em Cr\$ 2 trilhões 912 bilhões para 1984, contra Cr\$ 1 trilhão 200 bilhões no orçamento atualmente em vigor, com um aumento de 142,66%). A reserva de contingência vai atender também às necessidades decorrentes de situações "emergenciais supervenientes" (enchentes e secas).

Houve aumento também nas transferências para os Estados e Municípios, através da liberação de parcelas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). As transferências estão fixadas em Cr\$ 3 trilhões 881 bilhões, contra pouco mais de Cr\$ 1 trilhão em 1983.